

TURISMO E ESPAÇO URBANO: NOTAS PRELIMINARES

RAFAEL MATYS COSTA, Esp.

Professor Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC
Mestrando em Turismo - UNIVALI.
E-mail: rafaelmatys@ifsc.edu.br

VINÍCIUS DE LUCCA FILHO, Dr.

Professor Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC
Doutor em Geografia - UFSC.
E-mail: vinidelucca@ifsc.edu.br

RESUMO

O objetivo da pesquisa é realizar uma reflexão científica sobre turismo e o espaço urbano. Por meio da busca de evidências teóricas relativas ao espaço, espaço urbano, turismo urbano, baseado em autores como Boullón, Castrogiovanni, Lynch e Lefévre. A metodologia utilizada foi do ensaio teórico. Bulgacov (2011), afirma que o acesso ao conhecimento no Ensino e na Pesquisa, se dá por meio dos autores clássicos. Ainda que o princípio se dá por meio de textos na geração do conhecimento. O ensaio deve se apoiar nos limites da epistemologia, sendo assim, obrigatória a leitura da literatura reconhecida como clássico. Ressalta-se que posicionamentos e interpretações dos autores e suas inquietações devem servir como estímulo para a leitura. Os principais resultados encontrados mostram a complexidade e a amplitude do tema e demonstram também as possibilidades de estudo e análise da temática em questão.

PALAVRAS-CHAVE: espaço urbano; urbano, turismo.

TOURISM AND URBAN SPACE: PRELIMINARY NOTES

ABSTRACT

The objective of the research is to conduct a scientific reflection on tourism and the urban space. Through the pursuit of theoretical evidence for the space, urban space, urban tourism, based on authors like Boullon, Castrogiovanni, Lynch and Lefebvre. The methodology used was the theoretical test. Bulgacov (2011), states that access to knowledge in Education and Research, is through the classical authors. Although the Principle is through texts in the generation of knowledge. The test must be based on the epistemology limits, therefore, obligatory reading literature recognized as a classic. It is noteworthy that positions and interpretations of the authors and their concerns should serve as a stimulus for reading. The main results show the complexity and breadth of the subject and also demonstrate the possibilities of study and analysis of the subject in question.

KEYWORDS: urban space; urban, tourism.

1 INTRODUÇÃO

O que é ‘Turismo Urbano’? É o que acontece num espaço urbanizado? Mas o que é um espaço urbanizado? sabendo que o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem, Pode-se dizer que o turismo urbano é aquele realizado nas cidades. Nele está inserido o turismo cultural – e em muitos casos o religioso – o de negócios, o de eventos e outros.

Segundo Boullón (2002, p. 79), “o espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país”.

As partes componentes do trabalho são: A Cidade, Equipamentos Urbanos, Mobiliário Urbano, Introdução ao Turismo Urbano e Turismo e Regeneração Urbana. O presente trabalho visa levantar informações para subsidiar estudos e pesquisas futuras sobre o turismo.

Os espaços descritos por Mario Beni (2001), que são: Espaço real: totalidade da superfície do planeta e a biosfera que o envolve; Espaço potencial: destinar ao espaço real, uso diferente do atual. Possibilidades de uso de um território; Espaço cultural: parte que a ação do homem mudou a fisionomia original; Espaço natural adaptado: espécies naturais sob as condições que o homem fixou. Espaço artificial: tudo que foi feito pelo homem. Espaço natural virgem: sem vestígios da ação humana. Espaço turístico: resultado da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos.

Conhecemos também os espaços descritos por Montejano (2001): Espaço de influência heliotrópica e talassotrópica: o sol e as praias são os fatores que desencadeiam a corrente turística; Espaços naturais: motivação e atrativo são atrativos naturais, que permitem estar em contato com a natureza e aproveita-la para desenvolver atividades relacionadas com este meio; Espaços culturais: onde a história e a arte deixaram vestígios; Espaços antropológicos: onde o homem desenvolveu uma série de atividades culturais e antropológicas relacionadas com o artesanato, gastronomia, folclore. Espaços urbanos constituídos por núcleos urbanos grandes, médios ou pequenos com muitos núcleos turísticos (polinucleares ou multiproduto), como é o caso de Paris, Londres, Nova York; ou mononucleares ou produto único, com um núcleo turístico, como cidades de peregrinação Lourdes, Fátima, etc.

Para Castrogiovanni (2000), a ordenação urbana compreende o processo de organização dos elementos que compõem o espaço urbano de acordo com o estabelecimento de relações de ordem, com base na construção de uma hierarquia de valores, no caso, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento das atividades turísticas. A ordenação turística é a busca conveniente dos meios existentes no espaço para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas. A cidade é, portanto, o espaço apropriado pelas sociedades, e este espaço deve ser visto como um fator de evolução social, produzido e reproduzido constantemente. As cidades são ainda, partes representativas da complexidade do espaço geográfico. Embora turismo e espaço não apresentem o mesmo significado, ambos se complementam, e a reflexão sobre suas características particulares permite uma futura e melhor compreensão do chamado espaço. De acordo com Steinberger (2001, p.10).

“O espaço urbano pode comportar territórios maiores ou menores do que os limites da cidade. Maiores, quando o espaço urbano se espalha e se confunde com o regional ou

com o rural e adquire contornos geográfico-administrativos, como o de uma bacia hidrográfica, uma região metropolitana ou um município; menores, quando o espaço urbano se relaciona a um bairro, uma comunidade, um assentamento habitacional ou uma tribo”.

Lynch (1982) analisa como os elementos físicos do espaço urbano influenciam a imagem urbana – sem esquecer-se de considerar que aspectos abstratos como fatos históricos contribuam para a construção desta imagem. Ele propôs a classificação dos elementos físicos do espaço urbano em cinco tipos:

- i. Vias: são os locais por onde as pessoas se deslocam na cidade e, muitas vezes, são os elementos predominantes na sua imagem, em virtude da organização dos elementos em suas estruturas e pela observação que as pessoas podem fazer da cidade à medida que se deslocam nelas;
- ii. Limites: são elementos lineares que representam rupturas na estrutura física da cidade, podendo ser de naturais ou desenvolvidos pelos homens;
- iii. Bairros: são regiões urbanas percebidas pelos cidadãos como lugares;
- iv. Cruzamentos: representam pontos estratégicos na cidade por onde as pessoas se deslocam que podem, também, se transformar em símbolos;
- v. Elementos marcantes: configuram-se como referências externas ao observador, representando pontos de direção.

O objetivo deste trabalho é relacionar o turismo com as questões que permeiam a cidade e seus espaços.

Destaca-se que é recomendado pela a ABNT, que um ensaio teórico deve se estruturar em três capítulos, sendo o primeiro capítulo é a INTRODUÇÃO; no segundo capítulo é o MARCO TEÓRICO, e no último capítulo são as CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS (MEDEIROS, 2000; MOREIRA, 2000).

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Introdução ao turismo urbano

Para Page (1995) turismo urbano pode ser descrito, de forma simples, como a prática que os turistas têm de visitar cidades e utilizar os seus serviços.

Segundo Tyler, Guerrier e Robertson (2001), o turismo urbano trata dos processos sociais de mudança e dos processos de decisão de políticas que ditam a natureza dessa mudança e que identificam ganhadores e perdedores. Trata-se da busca dos meios pelos quais a mudança afeta os processos sociais da cidade e da necessidade de gerenciar a inevitabilidade do turismo urbano.

Cabe ainda lembrarmos alguns conceitos relacionados com o local em que o turismo é praticado: a) turismo e cidade (turismo urbano); b) turismo em áreas naturais (ecoturismo, turismo ecológico e turismo de natureza); e c) turismo em espaços rurais (turismo rural).

Turismo e cidade: esse tipo de turismo apresenta o maior fluxo turístico, atualmente, gerando uma grande concentração de serviços relacionados a essa atividade (hotéis, hospitais,

bancos, comércio, locadoras, parques, bares, restaurantes), com as melhores vias de acesso (rodoviárias, aeroportos, rodovias, portos).

O processo de urbanização na grande maioria das vezes é anterior aos fluxos turísticos, pois o processo de urbanização está ligado a outras atividades econômicas, mais há casos em que a atividade turística gera um processo de urbanização, na medida em que esta atividade vai se desenvolvendo, como no “caso de Cancun (México) ou Las Vegas (Estados Unidos)... Porto Seguro (Brasil)” (CRUZ, 2003, p. 17).

Segundo Cruz (2001, p. 24) existe uma diferença fundamental entre o espaço urbano produzido pelo turismo e o espaço urbano. É que, “(...) no primeiro caso, trata-se da criação de um novo espaço produtivo”. O espaço urbano em si constitui-se suporte e, ao mesmo tempo, atrativo para o turismo.

Gerir o turismo urbano remete inevitavelmente, a busca pela compreensão dos processos de reestruturação e valorização do espaço urbano, com os desafios de uma economia globalizada e competitiva, verificados em um espaço dinâmico, como o espaço urbano em questão. (SIVIERO, 1995, p.06)

As cidades assumem o papel de serem emissoras e receptoras. “Este fenômeno intensificou-se a partir de 1970, data na qual as cidades deixaram de serem somente polos emissores de turistas, o que ficou a dever-se em parte, ao fato do turismo se ter convertido num caminho para a inversão do declínio das mesmas” (HENRIQUES, 2003, 38-39).

Trazendo para a questão turística, o turismo poderia ser pensado como uma forma de urbanização orientada para o consumo de bens, de serviços e de lazer.

O turismo aparece, assim, como uma resposta aos processos de pós-industrialização, intensificados nos anos 1990 em toda a Europa. Um exemplo é o caso do Museu Guggenheim, localizado em Bilbao, Espanha (mais especificamente no país Basco). O museu se tornou num instrumento de atração turística e de reinvenção da própria cidade num contexto de globalização.

Há uma diferença, segundo Pérez (2009) entre “cidades turísticas” e “cidades com turistas”. No primeiro modelo, as “cidades turísticas” obedecem a processos de “turistificação” e monumentalização que transformam a cidade num espaço só orientado para o turismo, no qual os habitantes locais se subordinam aos interesses do turismo. Um exemplo disto é quando os locais e os comércios tradicionais são convertidos em locais só para visitantes, o que implica um risco de tensões e conflitos entre locais e turistas. Além do mais, este tipo de cidades parece-se cada vez mais as umas às outras, fruto também do processo de homogeneização mundial e do ‘fachadismo’ ou pura materialidade da fachada, que serve de suporte a novas hierarquias e segregações espaciais.

Já uma “cidade com turistas”, integra o turismo como mais uma atividade, não de uma maneira mono funcional, mas sim poli funcional e multifuncional evitando, assim, os riscos de uma economia urbana de excessiva dependência à atividade turística. Neste tipo de cidades o turismo é entendido como um efeito colateral. O primeiro objetivo será sempre construir uma cidade habitável e o resultado será atrair turistas que colaborem nesse objetivo (PÉREZ, 2009)

Nesta perspectiva podemos afirmar que “o melhor museu da cidade é a própria cidade”. E, de qualquer forma, todas as cidades são históricas! Desde as mais conhecidas até uma pequena cidade no interior.

Mas o que é um turista urbano? Pérez (2009) faz uma analogia com o imigrante, dizendo que este último viaja muitas vezes para servir; já o turista, para ser servido.

O turista é um consumidor que consome “erres” (recuperação, reabilitação, recriação) e cidades “históricas” (Delgado, 2000; De la Calle Vaquero, 2002).

Cruz e Pinto (2008) nos contam que a relação entre cidade e turismo esteve até há pouco tempo focada como espaço apenas emissor de turistas. Esta concepção estruturou-se nos anos 1950 e 1960, em virtude da urbanização do mundo, com o estilo de vida urbano se tornando maioria na Europa e na maior parte da América do Norte. O turismo era visto como uma fuga da cidade, do urbano, visando o descanso no meio rural ou à praia. O urbano estava ligado às indústrias, ao stress, à “vida moderna”.

A partir da década de 1970 começou a construir-se a imagem da cidade que compatibilizava a emissão e atração de turistas. A cidade enquanto destino turístico constituiu uma política com vista à inversão do processo de declínio que muitas atravessavam. Os anos 80 e 90 consolidam o turismo urbano como atividade com impacto importante na dinâmica econômica, geradora de emprego e riqueza, revitalizadora da imagem e valorização funcional das cidades. Vários fatores, como a revitalização de centros históricos, diversificação de práticas culturais, interesse pelo patrimônio e urbanismo, procura de animação, diversão e consumo, catapultaram a cidade para um lugar destaque no turismo. As cidades podem assumir-se como um destino turístico capaz de oferecer um grande leque de bens e produtos turísticos.

Como refere Henriques (2003) a maior parte das previsões na evolução do turismo revelam um grande otimismo relativamente à capacidade de expansão nos segmentos associados ao turismo urbano: visitas a centros históricos, eventos desportivos e culturais, visitas de incentivos e congressos e compras, todos ligados aos novos paradigmas de viagens de curta duração facilitadas pelo aumento de participação no mercado de companhias aéreas das empresas de baixo custo/baixa tarifa.

Vejamos os tipos de cidades turísticas propostas por Page (1995). O autor dividiu as cidades turísticas urbanas de acordo com os seus recursos patrimoniais, históricos e culturais bem como outros recursos locativos e a sua diversidade em termos de prestação de serviços:

Cidades Capitais e Capitais Culturais, Cidades Históricas dentro de Muralhas e Pequenas Cidades, Grandes Cidades Históricas, Áreas no Centro das Cidades, Cidades Industriais, Resorts Marítimos e Desportos de Inverno, Complexos de Diversão Turística, Centros de Serviços Turísticos Especializados, Cidades de Arte/Culturais.

2.2 A cidade

A cidade é um fato histórico, geográfico e social. Surgiu muito recentemente, no final da pré-história, há cerca de 6000 anos. As cidades são o resultado da interferência do homem no espaço ao longo do tempo, revelando-se como o retrato de processos histórico-sociais que dialogam com o seu cotidiano e com sua estrutura física. Cabe ressaltar, aqui, que o tempo destas transformações não é estático, ou seja, as mudanças no espaço das cidades continuam no presente (CARLOS, 2004).

Na pré-história o homem vivia em estado selvagem, caracterizado por uma economia de caça, pesca e coleta de alimentos, produzindo artesanato, instrumentos de pedra lascada e ossos de forma rudimentar. Viviam em aldeias móveis, mudando-se conforme a necessidade – eram nômades.

Ao sair do estado selvagem para o bárbaro (neolítico, com o surgimento de documentos escritos e proto cidades), o homem passa a cultivar o solo (irrigar, arar, selecionar sementes, perceber quais os melhores momentos para a plantação, e desenvolveu técnicas

agrícolas), domesticar animais, polir pedras e fabricar objetos de cerâmica. Passa a colher excedente agrícola e torna-se sedentário, passando a praticar o escambo (troca, permuta), pois a prática da agricultura e do pastoreio no mesmo local torna-se incompatível e os pastores e agricultores criam postos de troca de seus produtos, mas o aglomerado pré-urbano ainda muda de lugar com a exaustão do solo, com menor frequência. Para registrar estas trocas (na falta de uma das mercadorias) surgiu a escrita, para representar palavras e números das negociações. Para facilitar a troca surgiu a moeda.

A cidade surgiu quando se descobriu o uso dos metais (pelos pastores), assim quem possuía armas mais poderosas que as de pedra (no caso, de metal) dominou as populações agrícolas, pedindo tributos e subserviência em troca de segurança (cidades fortificadas).

A cidade ao mesmo tempo em que se constitui em uma nova técnica de dominação, dá à produção organização, através da divisão e especialização do trabalho.

São as formas de produção (agricultura, mineração, industrial, etc.) que ditam as organizações sociais, que por consequência ditam as organizações espaciais. O homem age no meio, o meio é um sistema de ações (fluxos) e objetos (fixos), no destino dos fluxos (demanda), criam-se fixos (oferta).

Antes de procurar diferenciar espaço urbano e espaço turístico, é preciso primeiramente distinguir os conceitos de espaço urbano e cidade. Segundo Santos (1988) e Lefévre (1999), citados por Siviero (2006, p.53),

“a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto que o espaço urbano é o conteúdo, é a materialização no espaço das próprias relações sociais. Entretanto, não se pode fazer uma separação absoluta entre espaço urbano e cidade. Souza (2003) faz referência a esta interdependência: para ele a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano, enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade”.

A cidade, de acordo com Lynch (1997) é muito mais que somente um arranjo de objetos tecnicamente orientado, ela expressa no lugar a existência das pessoas que ali vivem, moram, trabalham, se divertem, pensam, se locomovem, produzindo nos espaços urbanos identidades muitas vezes únicas.

“A identidade de uma cidade, sua originalidade, seus hábitos e costumes aguçam o interesse do visitante a interpretar e conhecer tal espaço. O espaço urbano é produto da interação entre agentes sociais, pertencentes à iniciativa privada, ao poder público e a sociedade civil. Segundo Carlos (1994), Lopes (1998), Souza (2005) tal interação ocorre para que a sociedade possa produzir um espaço que atenda suas necessidades, visando o funcionamento do ciclo do capital e a produção humana. Desta feita também o turismo se beneficia consolidando-se como uma atividade de promoção do desenvolvimento

social e econômico” ((AGUIAR, SILVA, GÂNDARA, SOUZA, 2011, p.12).

Morfologia é o tratado das formas que a matéria pode tomar. É a ciência que estuda as formas interligando-as com os fenômenos que lhes deram origem. A morfologia urbana estuda os aspectos exteriores do meio urbano e suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e sua estrutura. O estudo da morfologia ocupa-se da divisão do meio urbano em partes (elementos morfológicos) e da articulação destes entre si e com o conjunto que definem: os lugares que constituem o espaço. As cidades crescem de duas maneiras:

1. Por urbanização difusa da periferia (área urbana invade a zona rural, de maneira desordenada obedecendo em linhas gerais aos modelos orgânicos de crescimento, exemplo: modelos de círculos).
2. Por urbanização controlada (cidade cresce segundo uma estrutura regular, concebida de forma espontânea ou de forma planejada, artificial).

Cada época contou com cidades com características próprias: A cidade da antiguidade; O burgo medieval europeu; A cidade industrial dos séculos XIX e XX; A cidade pós-industrial.

2.3 Equipamentos urbanos

Instituição social é o complexo de ideias, padrões de comportamento, normas de vida, relações entre pessoas que se destina a assegurar a unidade, a continuidade e o desenvolvimento das comunidades ou sociedades, depois de adquirirem formas estáveis tradicionais. Exemplos: casamento, a propriedade, a igreja, a educação, a recreação, o lazer, o Estado, o exército, etc.

Distingue-se na instituição social dois aspectos:

1. O conjunto imaterial: as ideias, padrões, normas, regras, deveres e obrigações.
2. O conjunto material ou equipamento: é a materialização da instituição, é o que lhe dá sobrevivência física. Como exemplo, a instituição educação possui um equipamento característico: escolas, laboratórios, bibliotecas, etc.

Ao planejador interessa muito o conhecimento dos equipamentos materiais das instituições para localizar e dimensionar corretamente os mesmos.

As áreas do espaço urbano ocupadas pelos equipamentos das instituições denominam-se uso institucional do solo, sejam públicos ou privados.

- **Uso institucional educacional:** escolas, universidades, faculdades, centros de ensino, associações educacionais, etc.

- **Uso institucional social:** creches, asilos, retiros, centros de ação social, centro médico, hospitais, postos de saúde, pronto socorro, clínicas de recuperação, maternidade, SPAs, etc.

- **Uso institucional cultural:** centros culturais, bibliotecas, museus, cinemas, teatros, conchas acústicas, espaços para shows, circos, planetários, etc.

- **Uso institucional cultural:** templos religiosos, centros paroquiais e episcopais, capelas, cemitérios, etc.

- **Uso institucional de lazer:** conjunto de atividades realizadas objetivando o divertimento, o repouso, o desenvolvimento físico e cultural desinteressados. É um poderoso instrumento de integração social das populações. De modo geral, no Brasil o governo

preocupa-se com a recreação infantil (ainda que na maioria das vezes sem nenhum planejamento quanto à localização e dimensionamento), deixando o lazer de adultos a cargo da iniciativa privada, excluindo a participação das classes mais pobres (embora tenhamos visto mais recentemente algumas ações para a terceira idade, em especial academias ao ar livre).

Lazer ativo: atividades dinâmicas, caracterizadas pela participação ativa, livre e espontânea do ser humano como agente do lazer. Exemplos de espaços: pátios de recreio (playground), campos de jogos, estádios desportivos, arquibancadas de esportes náuticos, parques, parques de diversão, parques temáticos, clubes desportivos e sociais, autódromos, hipódromos, etc.

Lazer educativo: oferecem entretenimento e educação. Exemplos de espaços: cinemas, rádio e TV, jardins zoológicos, jardins botânicos.

Lazer contemplativo: espaços geralmente verdes destinados à meditação, ao repouso, à admiração despreocupada, a observação. O participante, neste caso, é agente passivo. Exemplos de espaços: jardins públicos, parques regionais (áreas exclusivas), mirantes, reservas e parques ambientais, bosques naturais e artificiais, áreas tratadas à beira de rios e lagos.

O caráter da paisagem urbana depende das relações de cheios e vazios, constituídos por espaços construídos, espaços verdes e áreas de circulação. Os parques de recreação devem se distribuir por todo o espaço urbano uniformemente.

Para os grandes espaços de uso público não faz sentido termos jardins sofisticados com alto custo de manutenção. Para esses espaços, por meio de árvores, o verde atinge seus objetivos mais amplos dentro de custos baixos: com vegetação de grande porte consegue-se locais de menos ou mais sombras, espaços mais abertos ou mais abrigados de ventos fortes, poeira, ruídos, etc.

Não se pode esquecer da arborização de vias públicas, estacionamentos, praças, considerando-se as condições de trânsito de veículos e de pedestres, de pavimentação, das edificações, das redes aéreas de luz ou telefone, etc.

• **Uso institucional administrativo:** instituição Estado ou governo. Equipamentos: Municipais (Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretarias e Departamentos Municipais), Estaduais (Palácio do Governo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Fórum, Central de Polícia ou Delegacia, Presídios, Cadeias e Penitenciária, Corpo de Bombeiro, Secretarias de Estado, etc.) e Federais (Polícia Federal, Repartições Ministeriais, Guarnições Militares, etc.). Naturalmente, a existência desses espaços edificadas vai depender da importância da cidade.

• **Uso institucional de serviços públicos:** saneamento básico, drenagem, coleta de lixo, iluminação pública, telefonia, correios e telégrafos, transporte coletivo, etc. São executados e ou explorados, direta ou indiretamente pelo poder público. Equipamentos: terminais urbanos de transporte coletivo, estações de transbordo, rodoviárias, aeroportos, portos marítimos e hídricos, estações de tratamento de água e esgoto, estações de energia elétrica, usinas, etc.

Serve indiretamente o turismo e conforme a variação da demanda, faz-se necessárias ampliações, caso contrário prejudica a atividade. Algumas deficiências nos serviços públicos não afetam o turista.

A análise destes equipamentos deve envolver seus aspectos quantitativos, qualitativos, localizacionais, tendências de evolução, importância e dimensão para o turismo.

Abastecimento de água: é fundamental não somente para a proteção da saúde, como também para o desenvolvimento econômico, social e cultural, local, melhorando o conforto e a segurança coletiva. A água é matéria-prima de muitas indústrias ou meio de operação, como para o Turismo, em que é indispensável para os hotéis e equipamentos receptivos.

Coleta e disposição de esgotos: as águas servidas precisam ser afastadas para não poluir o solo, as águas superficiais e freáticas, disseminando doenças, principalmente em cidades da orla marítima e junto ao leito de rios. Além de poluir e agredir o meio ambiente, provoca o risco constante à saúde do homem e a destruição da flora e da fauna, comprometendo a prática de atividades de lazer e recreação. Assim, a coleta e disposição de esgotos têm objetivos sanitários e econômicos (melhoria da produtividade, conservação de recursos naturais, valorização de terras e propriedades, implantação e desenvolvimento de indústrias e equipamentos turístico recreativos, como hotéis, colônias de férias, etc.).

Energia elétrica e iluminação pública: contribui para a segurança dos equipamentos sociais, do tráfego noturno de veículos e pessoas nos logradouros públicos.

Limpeza pública: asseio e conforto da população por meio da remoção de resíduos de espaços públicos e privados. Os padrões são: coleta, transporte e disposição final do lixo evitando moléstias, mau cheiro, etc.

Transporte coletivo: deslocamento rápido, seguro, econômico e eficiente para equipamentos sociais e de trabalho. Nas áreas de destinação turístico recreativa e de interesse histórico, artístico e cultural para manter o deslocamento, independentemente dos serviços receptivos e da realização de tours pelas operadoras.

Comunicações: possibilita à população residente e flutuante a comunicação rápida de emergência, como de serviços de assistência médica e de segurança pública, permitindo também comunicação postal, telefônica, telegráfica e internet aos setores comerciais, industriais e de turismo.

Abastecimento: proporcionar à população a aquisição de gêneros alimentícios de boa qualidade a preços convenientes. Ex: feira livre, etc.

Conservação de logradouros públicos: assegurar condições de tráfego nas vias públicas, transpor obstáculos como rios, vales etc., proporcionar conforto através da diminuição de poeira, ruído, etc.

Sistema viário e de transportes: sem condições de acesso e meio de transporte, o turismo não pode existir. Se for precário, é mais um fator preocupante para o morador, para o turista e para o turista em potencial (exemplo de dificuldades: uma ponte, único acesso para determinada localidade caiu ou ainda uma rodovia extremamente movimentada e com alto índice de acidentes - são inibidores dos deslocamentos). As estradas devem ser construídas para seu pleno aproveitamento (tipo de pavimentos, largura transitável, normas de segurança e sinalização, levantamento do tipo de veículo que nela trafegará, postos de abastecimento, locais para alimentação, sem esquecer, de ligar de maneira rápida, regiões e a produção local). Aliás, todos os elementos do transporte devem ser contemplados no processo de planejamento, vias – ruas, estradas, avenidas; terminais (rodoviárias, aeroportos, portos, píeres); veículos e força motriz (qual combustível possibilita a cada veículo a movimentação). Um estudo importante sobre os modais de transporte – terrestre, aéreo, aquaviário deve ser feito durante o processo de planejamento de um destino, localidade, região ou roteiro turístico. No Brasil a maior parte da movimentação turística ocorre pelo modal terrestre, mais especificamente pelo rodoviário. Devem ser tratados com a importância necessária os diversos serviços intermediários relacionados com o transporte rodoviário como os postos de abastecimento de combustíveis, centrais de informações turísticas, restaurantes, parados,

borracharias, entre outros. Além disso, a intermodalidade no destino é fundamental – facilidade de deslocamento – caminhada – táxi – ônibus – trem – facilita para todos – moradores e turistas. Saímos um pouco das questões de transporte internas à cidade somente a título de informação – mas tais estudos sobre os elementos do transporte podem ser realizados também no ambiente da cidade, em especial durante as discussões relativas a zoneamento do município.

2.4 Mobiliário urbano

São aqueles ‘objetos’ que fazem parte das utilidades urbanas, como lixeiras, fontes, bancos, floreiras, árvores, etc. e que tem função mesmo que somente estética na paisagem urbana. A expressão ‘mobiliário urbano’ é etimologicamente incorreta, mas é assim que são usualmente chamados os objetos desenhados para atender o homem no espaço aberto urbano. No quadro I podemos ver os tipos de mobiliários e seus exemplos

Quadro I: Mobiliários Urbanos

Mobiliários	Exemplos
Sinalização	<ul style="list-style-type: none"> • Trânsito: placas, pórticos, totens, semáforos e lombadas. • Indicativa: urbana, turística e comercial. • Telefonia • Cabines, • Armários e • Orelhões. • Coletor de lixo
Bancos	<ul style="list-style-type: none"> • praças, • bulevar, • calçadões, • mirantes. Protetores de árvores <ul style="list-style-type: none"> • golas, • tutores.
Pisos	<ul style="list-style-type: none"> • calçadas, • ruas de pedestres, • escadarias.
Comércio de espaço público	<ul style="list-style-type: none"> • floricultura, • banca de revista, • quiosque.
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> • abrigo de ônibus, • ponto de táxi, • cais/trapiche.
Sanitários Bebedouros	<ul style="list-style-type: none"> • sinalização • luminárias.

Mobiliários	Exemplos
Floreiras Postes	
Caixas de correio Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • cabine de trânsito, • salva-vidas.
Playground	<ul style="list-style-type: none"> • brinquedos.
Parques	<ul style="list-style-type: none"> • brinquedos, • equipamentos esportivos.
Utilidade pública	<ul style="list-style-type: none"> • relógios, • termômetros, • mapas.
Agradabilidade estética	<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem construída e os caminhos • Facilidade de fluxo de pessoas e veículos • Serviços urbanos – água, esgoto, iluminação • Equipamentos de apoio (restaurantes, teatros...) • Mobiliário urbano – placas, bancos, lixeiras, jardins

Fonte: Adaptado de ABNT (2004), IBAM (1996), Montenegro(2009)

2.5 Turismo e Regeneração Urbana

Seis características básicas devem estar presentes nas intervenções de revitalização de centros urbanos, segundo o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (2012):

1. Humanização dos espaços coletivos produzidos;
2. Valorização dos marcos simbólicos e históricos existentes;
3. Incremento dos usos de lazer;
4. Incentivo à instalação de habitações de interesse social;
5. Preocupação com aspectos ecológicos e
6. Participação da comunidade na concepção e implantação.

Para o mesmo instituto são diversos tipos de intervenção possíveis, dentre as quais, destacam-se:

- a) Reabilitação de áreas abandonadas;
- b) Restauração do patrimônio histórico e arquitetônico;
- c) Reciclagem de edificações, praças e parques;
- d) Tratamento estético e funcional das fachadas de edificações, mobiliário urbano e elementos publicitários;
- e) Redefinição de usos de vias públicas ;
- f) Melhoria do padrão de limpeza e conservação dos logradouros;
- g) Reforço da acessibilidade por transporte individual ou coletivo, dependendo da situação
- h) Organização das atividades econômicas.

Os centros históricos das grandes cidades começaram a ficar abandonados em meados da década de 1960 em virtude de processos de planejamento urbano e aspectos econômicos – especialmente baseados na indústria - que exigiam maiores espaços. Os centros das cidades eram espaços com terrenos mais caros e suas construções, muitas vezes não poderiam comportar as novas ou reformadas indústrias.

No Brasil, há muitas razões que levaram a isto e a principal foi a política habitacional do País que sempre privilegiou o financiamento para novas moradias, esquecendo-se da solução das reformar e da moradia de segunda mão. Isto provocou a procura por terras de menores custos, localizadas nas periferias das cidades (BRASIL, 2005). (São Paulo – ABCD, Osasco, Guarulhos; Florianópolis – São José, Palhoça e Biguaçu; são exemplos).

(BRASIL, 2005, p. 13-14), nos esclarece que o esvaziamento dos centros urbanos é reforçado pela migração das classes com menor renda para a franja periférica, ao ocuparem loteamentos e conjuntos habitacionais com preços mais baratos. A dificuldade de locomoção em automóveis nas regiões centrais também contribui para este esvaziamento.

O advento dos Shoppings Centers, geralmente localizados em bairros não centrais é responsável também pela menor circulação de pessoas nos centros urbanos.

Tudo isso contribui para o empobrecimento e posterior degradação do patrimônio destas regiões antes pungentes. Recentemente o Ministério das Cidades vem apoiando e financiando ações que visam a reabilitação destas áreas. A participação comunitária em tais processos é fundamental. Para Rischbieter (2007, p.37):

Tem-se visto diversos trabalhos que partem de boas ideias e propósitos promissores, naufragarem em descrédito por negligenciarem a comunidade para a qual ou na qual o projeto foi implementado. O caso do Pelourinho, em Salvador/BA, foi estudado e analisado por diversos autores, com diferentes enfoques que vão desde a questão arquitetônica relacionada à revitalização do patrimônio, ao turismo, passando pela questão cultural relacionada à mercantilização da cultura. Reformado e revitalizado por uma intervenção que começou em 1993, e que teve como objetivo explícito transformá-lo em polo de atração turística, o Pelourinho, em Salvador (BA), é um dos casos mais notórios de conflito entre população pobre e o poder público.

No final da década de 1970, a Inglaterra diagnosticou problemas nos centros históricos, como:

- **Declínio Econômico** – taxas de desemprego elevadas e decadência industrial.
- **Declínio Físico** – falta de qualidade ou abandono dos edifícios.
- **Problemas Sociais** – concentração de pobres.
- **Minorias Étnicas** – aglomeração sem o necessário apoio.
- **Causas de Índole Local** – elevada taxa de desemprego.

A política descrita na ‘Inner Urban Areas Act’, de 1978, para a Inglaterra, País de Gales e Escócia, inserida no ‘Urban Programme’, promovia a regeneração urbana, cujos fins deveriam ser atingidos através de uma estratégia de planejamento, em que o estado liderasse o processo, mas que incluísse a formação de parcerias, com incidência em programas, entre o setor público a nível nacional e local, as empresas públicas, as agências de desenvolvimento e o setor privado (MORRIS, 1997, pp. 189, *apud* FERREIRA, 2003, p.176).

Os objetivos a atingir com o referido programa eram: (FERREIRA, 2003)

- Reforçar a economia do centro da cidade com o fim de criar oportunidades para os seus residentes.
- Melhorar o ambiente físico dos centros das cidades para torná-los mais atrativos.
- Aliviar os problemas sociais.
- Assegurar um novo equilíbrio entre o centro da cidade e o resto da região urbana, em termos de população e emprego.

2.6 Vantagens da reabilitação urbana

A reabilitação urbana é uma estratégia alternativa à destruição do patrimônio arquitetônico urbano. Constitui uma terceira via entre a renovação e a expansão tendo custos menores do que a expansão da cidade periférica.

Travar e inverter o processo de obsolescência, física, funcional, de imagem e de localização, facilitando a valorização dos edifícios, visto que, além de importância histórica, são bens escassos.

Permite responder aos problemas da deterioração dos tecidos urbanos, procurando fazer a ponte entre o passado e o futuro. Proporcionar eficácia financeira apesar dos custos inerentes à sua realização e manutenção, facilitando a revitalização que permite a utilização ativa da área, concorrendo para a manutenção de elementos do estilo de vida local – densidade elevada, contatos pessoa a pessoa e utilização mista do solo.

Melhorar o ambiente urbano cria uma imagem positiva, que atrai investidores, residentes e visitantes, o que permite a rentabilização econômica de espaço e edifícios.

Os atuais centros das cidades guardam um conjunto apreciável de edifícios antigos que devem ser reabilitados para o desempenho de novas funções. A preservação da identidade e a manutenção da diversidade social e econômica exigem uma ocupação permanente dos imóveis, quer com atividades tradicionais, quer com novas funções de modo a que as antigas e as novas se misturem. (FERREIRA, 2003)

A partir dos anos 1980, o turismo, passou a desempenhar um papel de relevo, na regeneração dos centros históricos das cidades industriais britânicas (...). Embora se tivesse generalizado a ideia de que o turismo constituía um suporte muito considerável para a regeneração dos centros históricos os estudos desenvolvidos não manifestavam uma visão integrada dos temas em análise.

Alguns impactos positivos do turismo na Regeneração Urbana, podem ser a complementariedade de outras funções como centros de serviços, uso da força de trabalho local, baseado em uma atividade relativamente “limpa”, quando comparada a outras atividades tradicionais. Entretanto vale ressaltar que a atividade turística podem causar especulação imobiliária, aumento do custo da mão de obra e procura excessiva, se não forem tomadas medidas cautelares.

Os espaços passam a ser muito disputados ficando por vezes como que a prêmio. As lojas para turistas podem ser mais rentáveis, pelo que a oferta tradicional, para satisfazer as

necessidades locais, tende a desaparecer. Várias cidades buscaram revitalizar ou reabilitar seus centros históricos e – a partir dos anos 1980 - com planejamento, o turismo passou a desempenhar um papel relevante na regeneração dos centros históricos das cidades:

No bairro de Soho, em Londres, a reabilitação teve início com a nova procura de produtos e serviços, por parte de membros da nova classe média, que conduziu ao aparecimento de restaurantes, e lojas especializadas, os quais, por sua vez, atraíram firmas ligadas às artes e às indústrias culturais, seguindo-se por fim a ocupação para fins residenciais. Esta mensagem foi transmitida através da mídia, enquanto se foram instalando as firmas de publicidade, de relações públicas, as indústrias culturais ligadas à produção de filmes e à edição de livros. Mais tarde e já por pressão dos moradores, os equipamentos e as atividades de lazer e entretenimento. (FERREIRA, 2003)

Liverpool – terra dos Beatles - utilizou como estratégia para a sua regeneração a música. Manchester, grande cidade industrial, conseguiu desenvolver uma oferta baseada na indústria cultural cinematográfica, através da criação de um itinerário denominado Manchester's Hollywood of the North, que permite reconstruir a imagem da cidade através do seu passado e do seu presente cinematográfico.

Vindo para a América do Sul, podemos citar a região de Puerto Madero, em Buenos Aires. Vieira e Castrogiovanni (2010) informam que sua revitalização iniciou-se em 1989 quando a Corporación Antiguo Puerto Madero S.A. foi fundada, assumindo o domínio da área e a revitalização do local. Em 1991 iniciaram-se as obras da primeira fase, constituindo 16 docas na borda oeste dos quatro diques. As construções da segunda fase, por sua vez, iniciaram-se no ano de 1996, na grande área da borda leste dos diques; nesse mesmo ano, essas duas áreas foram instituídas como o bairro Puerto Madero. Região portuária, com alto índice de criminalidade, atualmente é um dos principais atrativos turísticos da cidade, contando com dezenas de restaurantes de alto nível, como o famoso “Cabaña Las Lilas” e monumentos imponentes. Embora existam muitas críticas – falta de participação da comunidade no processo, fragmentação, distanciamento das origens do espaço, empreendimentos focados no turista ou no portenho de alto poder aquisitivo, etc.

O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, é outro exemplo. Construído na Praia de Iracema em 1999, tradicional região turística do município e próxima de uma grande favela, o Centro Dragão do Mar, que possui museus, salas para exposições e outros eventos e cinemas, dentre outros espaços (são mais de 30 mil metros quadrados) gerou diversos empregos, possibilitou a restauração de casarios históricos (a partir de leis de incentivo) e agregou possibilidades aos atrativos da capital cearense – que tem no clima, no sol, na praia, no mar – seus principais geradores de fluxo turístico. De acordo com Carneiro e Falcão (2007), 83% dos moradores de uma favela vizinha ao empreendimento disseram conhecer atrações gratuitas disponíveis no Centro Dragão do Mar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo urbano, simplesmente entendido como aquele praticado nas cidades, sendo o turista consumidor dos serviços ali prestados, tende a ser posterior ao processo de urbanização. Entretanto, em alguns casos, se apresenta como propulsor da urbanização.

Cada vez mais o numero de turistas urbanos cresce nas principais cidades do mundo, sabendo que os interesses dos turistas vão muito além dos equipamentos e mobiliários, sendo

no caso, a própria cidade o atrativo, cabe aos gestores e a governança do trade trabalhar a integralidade das cidades visando maximizar os ganhos provindos da atividade turística

Resultado da interferência humana, a cidade é uma entidade multidimensional, entendida como a forma, enquanto o conteúdo é tratado como espaço urbano, sendo o 'lôcus' da atividade turística urbana.

O conjunto da materialização que apoia as instituições sócias, denominados equipamentos urbanos, garantem a unidade e a sobrevivência física das cidades e por consequência seus moradores e visitantes. O uso do solo, seja público ou privado, garantem não somente a satisfação dos habitantes das cidades, como também provém o turista da comodidade ansiada na atividade, sendo em último caso, o equipamento, e numa amplitude mais básica o mobiliário, um grande atrativo.

Com o constante esvaziamento e decadência das áreas centrais das grandes cidades, o turismo de apresenta como alternativa viável para reestruturação destes espaços geralmente degradados. A recuperação do patrimônio histórico e arquitetônico, a revitalização das atividades culturais locais, o destaque aos costumes e culinária da região podem funcionar como alternativas turísticas, sendo, no caso, o turismo causa e efeito destas mudanças.

REFERÊNCIAS

ABNT -ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.mpdf.gov.br/sicorde/abnt.htm>.

AGUIAR, H; SILVA, J. B; GÂNDARA, J. M. G.; SOUZA, T. A. O marketing turístico como instrumento de produção e transformação do espaço de Curitiba e Região Metropolitana. **Annals of International Conference on Tourism & Management Studies**. v.1. Algarve. Portugal, 2011.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Atica, 1995.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 6. ed. São Paulo: SENAC/SP, 2001.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002. BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Reabilitação de Centros Urbanos/Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Renato Balbim – Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTROGIOVANNI, A. C. **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

HENRIQUES, Eduardo Brito. Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I Série, v. XIX, Porto, 2003.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Centro de Estudos e

Pesquisas Urbanas. Manual de Implantação do Mobiliário Urbano na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBAM, 1996

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: 1982.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2001.

MONTENEGRO, G. A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005

MOREIRA, V. **Normas para os ensaios**. 2000. Disponível em: <http://www.historia.ufc.br/admin/upload/Ensaio.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2016.

RISCHBIETER, I. L. K. O papel da cultura local no desenvolvimento do turismo em Blumenau (SC). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado). Universidade Regional de Blumenau. 2007.

RISCHBIETER, I. L. K; DREHER, M. T. D. O Papel da Cultura Local no Desenvolvimento do Turismo em Blumenau - SC (2000 – 2005). **Anais do IV SeminTUR** – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Universidade de Caxias do Sul – Mestrado em Turismo - Caxias do Sul, RS, Brasil – 7 e 8 de Julho de 2006.

SIVIERO, A. P. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. **Revista Ra'e Ga – Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba: UFPR, n. 11, p. 51-59, 2006.

STEINBERGER, M. A (re) construção de mitos sobre a (in)sustentabilidade do (no) espaço urbano. **Publicação semestral da ANPUR**, n. 4, maio 2001.

VIEIRA, Otávio Augusto Diniz; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Um olhar sobre a revitalização do Bairro Puerto Madero, em Buenos Aires. **Revista do Programa de Pós-graduação em Turismo**. Universidade de Caxias do Sul. jan/jul, 2010, v. 1. n.1.